

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.246, DE 1999

Normatiza a cobrança de pedágio.

Autor: Comissão de Viação e Transportes

Relator: Deputado Jovair Arantes

I - RELATÓRIO

A Subcomissão Especial do Pedágio, criada no âmbito da Comissão de Viação e Transportes, desenvolveu alentado trabalho sobre a concessão de rodovias mediante a cobrança de pedágio. Esse trabalho culminou com a apresentação de relatório elaborado pelo Deputado Edinho Araújo, incluindo anteprojeto de lei sobre a matéria. Esse anteprojeto, que veio a ser aprovado, por unanimidade, naquela Comissão, em reunião de 14 de dezembro de 1999, passou a tramitar como Projeto de Lei nº 2.246, de 1999.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que deverá pronunciar-se sobre seu mérito, dentro de suas competências regimentais.

II - VOTO DO RELATOR

A concessão de rodovias mediante pedágio constitui matéria da maior relevância para o desenvolvimento econômico e para a integração nacional. As reiteradas matérias veiculadas pelos meios de

comunicação dão conta das precárias condições de manutenção da maior parte da malha rodoviária federal. O mesmo se aplica a muitas rodovias estaduais. As limitadas disponibilidades de recursos orçamentários fazem da concessão de rodovias mediante a cobrança de pedágio uma alternativa fortemente recomendável para se assegurar boas condições de tráfego nas principais estradas brasileiras, imprescindíveis à interiorização do desenvolvimento.

Nesse contexto, a Subcomissão Especial do Pedágio, da Comissão de Viação e Transportes, examinou com profundidade as deficiências e desvios verificados na recente experiência de exploração de rodovias federais e estaduais, mediante concessão remunerada pela cobrança de pedágio. Concluiu então aquela Subcomissão pela conveniência de edição de norma legal que disciplinasse de forma completa a concessão de rodovias mediante cobrança de pedágio. Nesse sentido, apresentou anteprojeto de lei que, aprovado por unanimidade naquela Comissão, deu origem ao Projeto de Lei nº 2.246, de 1999.

O referido projeto trata de forma abrangente a matéria, ao longo de seus quatorze capítulos. O rigor técnico de sua elaboração reflete a profundidade da análise empreendida pela Subcomissão Especial do Pedágio. Fica facilitada, assim, a tarefa desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que deverá manifestar-se sobre a proposição, no limite de suas competências regimentais.

Assim, sem prejuízo das manifestas qualidades do projeto de lei aprovado pela competente Comissão de Viação e Transportes, identificam-se alguns dispositivos referentes a aspectos de natureza administrativa que podem ser aprimorados. As modificações propostas têm uma mesma razão predominante. Ao tratar das licitações para a celebração de contratos de exploração de infra-estrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio, bem como ao dispor sobre as sanções cabíveis pela infração às disposições do contrato de concessão, a proposição envereda por temas já disciplinados de forma completa e adequada pela legislação em vigor. Nessas circunstâncias é preferível que sejam aplicadas, mediante remissão, as normas vigentes, complementadas apenas por aquilo que for peculiar à exploração de infra-estrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio.

Com esse propósito apresentamos três emendas de relator, com o teor a seguir descrito. A primeira emenda altera a redação dos arts. 34 e 35, que tratam das infrações e das respectivas penalidades. Além da remissão às

sanções e penalidades já previstas na lei de licitações e contratos, torna-se expressa a figura da caducidade da concessão, que já estava subjacente na hipótese de interrupção da exploração. Adita-se, ainda, a obrigatoriedade de edição de ato administrativo formal dispondo sobre a aplicação de advertências e multas, determinando sua incorporação ao contrato de concessão.

As hipóteses de interrupção da exploração, mediante declaração de caducidade da exploração, estão contempladas no art. 37 da proposição. Constata-se, todavia, que a lista de hipóteses motivadoras de sanção dessa espécie está incompleta e que não se dispõe sobre os procedimentos a serem cumpridos para sua aplicação. Torna-se conveniente, por conseguinte, que se faça remissão ao art. 38 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que trata dos casos e condições para a declaração de caducidade, remanescendo apenas a identificação de outras hipóteses que sejam peculiares ao objeto da proposição sob exame. A segunda emenda é apresentada com esse fito.

Por último, a terceira emenda substitui a desnecessária definição de processo licitatório específico, contida no art. 39 do projeto, pela imposição de adoção da modalidade concorrência, que compreende os estágios lá discriminados e que está detalhadamente disciplinada nos termos da legislação em vigor. Torna-se, em consequência, dispensável a previsão de atuação dos tribunais de contas, que já se encontra inserida no art. 113 da Lei nº 8.666, de 1993. Acrescenta-se, ainda, a exigência de realização de prévia audiência pública, recomendável por se tratar de concessão passível de afetar direitos e interesses de considerável multiplicidade de usuários.

Ante o exposto, submeto a esse colegiado meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.246, de 1999, com as três emendas de relator apresentadas em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Jovair Arantes
Relator